

O Manifesto *de Atenas*

Presentemente a questão central para os sindicatos europeus é que a crise financeira que afecta a Grécia, a Irlanda e Portugal e, mais genericamente, a política de austeridade de governação noutros estados membros, exercem uma pressão descendente nos salários, nos serviços públicos, na segurança social, nas pensões e nos níveis de vida e de trabalho.

A CES está alarmada com as consequências, até à data negativas, dos bail-outs das economias em crise, organizados pela UE e pelo Fundo Monetário Internacional. As medidas de austeridade impostas, nomeadamente, na Grécia, em Portugal e na Irlanda, agravaram a situação e estes países enfrentam um longo período de continuada recessão, um aumento do peso da dívida, da pressão sobre as normas e direitos do trabalho e do desemprego. Há um risco real dos países e das suas populações se tornarem ainda mais endividados, com graves perigos para a Europa e os Estados Membros.

Consequentemente, a CES exige uma importante e urgente mudança de políticas na abordagem da UE, o que implica uma maior ajuda aos países em dificuldade.

O novo pacto Euro Plus, aplicável na zona Euro e em seis outras economias, tem inúmeras implicações, especialmente em termos de salários, uma vez que inclui recomendações aos estados membros sobre:

- > comparação entre custos unitários do trabalho,
- > hostilidade à indexação de salários e, em termos gerais, a uma negociação colectiva centralizada,
- > ligação entre salários e produtividade, não incluindo a inflação,
- > pressão para uma descida dos salários do sector público e, nalguns casos do salário mínimo, também com consequências para o sector privado,

- > pressão para uma diminuição dos direitos a uma pensão e esquemas de reforma antecipada,
- > promoção de um controle orçamental constitucional e rigoroso sobre a dívida e a despesa públicas.

A CES considera esta abordagem totalmente inaceitável para as Organizações Sindicais da Europa e insiste para que os seguintes princípios sejam respeitados:

- > os salários não são o inimigo da economia mas o seu motor, promovendo o crescimento e o emprego;
- > a autonomia dos parceiros sociais nas negociações colectivas de trabalho e nas negociações salariais, deve ser respeitada enquanto que as organizações sindicais devem melhorar a coordenação das negociações colectivas;
- > o poder de compra dos trabalhadores/as quanto aos rendimentos e salários, deve melhorar, com os aumentos a acompanhar a inflação e a produtividade, mantendo os sistemas de indexação salarial existentes, com o objectivo geral de uma justa distribuição de riqueza;
- > o processo conducente à desigualdade de rendimentos deve ser invertido;
- > deve ser intensificada a luta contra o “dumping” fiscal e salarial e aplicado o princípio de salário igual para trabalho de valor igual;
- > devem ser protegidos os direitos e sistemas de pensão de reforma e asseguradas condições de vida dignas; e
- > as regras sobre a dívida pública devem ser adaptadas às realidades económicas e às circunstâncias excepcionais e não devem através de medidas de austeridade provocar recessão bem como as respectivas consequências sociais.



Neste contexto estamos determinados a:

- combater o poder crescente da extrema direita e dos seus aliados nacionalistas defendendo uma Europa social e com esse objectivo, ser um participante activo nas próximas eleições para o Parlamento Europeu;
- lutar contra o desemprego, o aumento da desigualdade, o trabalho precário e uma governação de austeridade;
- mobilizar para o crescimento e a sustentabilidade;
- trabalhar para fortalecer o sindicalismo e o recrutamento sindical, e
- desenvolver uma resposta conjunta para se atingir um mercado de trabalho europeu cada vez mais integrado.

Tudo isto constituirá o cerne do trabalho da CES em 2011-2014. A CES empenhar-se-á em:

1 lutar por um Novo Acordo Europeu para os trabalhadores/as, **contra** uma governação de austeridade, cortes nos salários, na segurança social e nos serviços públicos; e **por uma governação económica europeia que sirva os interesses dos europeus e não dos mercados**, incluindo um crescimento qualitativo, pleno emprego, reforçando o modelo social europeu. Constituem exemplos importantes: um imposto sobre as transacções financeiras, a harmonização da base fiscal e a fixação de taxas fiscais mínimas para as empresas, uma opção pelos Eurobonds e medidas para, no futuro, proteger o investimento de políticas cegas de austeridade.

2 exigir e lutar para que direitos sociais fundamentais tenham precedência sobre as liberdades económicas e, conseqüentemente, integrar este princípio

num **Protocolo de Progresso Social** nos tratados europeus, na revisão da **Directiva sobre o Destacamento de Trabalhadores** e na **regulamentação do mercado interno** conhecida como “Monti II”.

3 colocar **mais e melhores empregos** no topo da agenda europeia e no coração da governação económica da UE e reflecti-lo no diálogo social europeu assim como na avaliação da estratégia 2020 e no Acto para o Mercado Único.

4 exigir um ataque coordenado ao **desemprego dos jovens**, garantindo o acesso à educação, formação e postos de trabalho e investindo num bom sistema educativo que abranja da infância ao ensino superior.

5 dar prioridade à **melhoria das condições de trabalho** de todos os trabalhadores/as europeus, à luta contra o trabalho ilegal, à corrupção e à economia paralela e ao **“dumping” social e salarial, por meio de legislação** e do diálogo social.

6 desenvolver **iniciativas conjuntas** com os empregadores europeus no que toca aos empregos verdes, crescimento e investimento, uma política industrial sustentável, a educação e a formação.

7 agir para que **todos os trabalhadores/as**, qualquer que seja a sua modalidade de trabalho, possam ter uma vida digna e estar protegidos por acordos colectivos de trabalho e/ou legislação, que garanta uma igualdade de tratamento e a possibilidade de usufruir dos direitos dos trabalhadores.

8 exigir uma **regulamentação efectiva e rigorosa dos mercados financeiros e das agências de notação** que ponha cobro aos paraísos fiscais, um imposto sobre as transacções financeiras e o fim dos salários

escandalosos, negócios milionários e bónus para os dirigentes.

9 exigir novos sistemas de **governança empresarial** para promover a sustentabilidade, o longo prazo e **justos** níveis de remuneração para todos – um sistema no qual os Conselhos de Empresa Europeus, os sindicatos e a informação, a consulta e o direito de participação dos trabalhadores/as desempenhem um papel fundamental.

10 contribuir activamente para a gestão de uma **transição justa para uma economia de baixo carbono**, inclusive através do diálogo social; apoiar a pesquisa e a inovação em novas tecnologias bem como a eficiência energética.

11 apoiar os **serviços públicos** e lutar contra o seu desmantelamento em consequência de políticas de austeridade, cortes e privatizações integrais, assegurando o seu contributo fundamental para o desenvolvimento democrático, o crescimento sustentável, o emprego e a segurança social.

12 trabalhar activamente para a igualdade de género e lutar contra **todas as formas de discriminação** baseadas no sexo, raça, religião, idade, deficiência e orientação sexual. A UE deve tomar a iniciativa conjunta de encontrar soluções para os fluxos migratórios externos, baseadas no nosso empenhamento em prol da igualdade, da liberdade, da democracia e do estado de direito consagrado nos Tratados.

13 proteger os trabalhadores **migrantes**, promovendo o reconhecimento mútuo de sindicalizados/as e exigir um salário igual para trabalho igual e para trabalho de valor igual, baseado na legislação do país de acolhimento e lutar contra o racismo e a xenofobia. Além disso, todos os trabalhadores/as migrantes devem ter o direito de serem informados sobre os seus direitos no país de acolhimento.

14 melhorar os padrões de **saúde e segurança**, inclusive recorrendo à luta por uma regulamentação

sobre horários de trabalho que protejam a saúde e ponham termo às cláusulas de excepção, monitorizando os acordos sobre stress, transpondo as recomendações da OIT sobre SIDA, violência e perseguição no local de trabalho, dando prioridade às doenças músculo-esqueléticas, reforçando a inspecção do trabalho, protegendo os dados pessoais, implementando integralmente as regulamentações REACH sobre químicos, aumentando a formação e destinando um dia por ano para celebrar e promover o trabalho dos responsáveis pela área da saúde e segurança.

15 ajudar ao **alargamento da UE** trabalhando com os filiados na Turquia e nos Balcãs Ocidentais.

16 apoiar uma **globalização justa e sustentável**, incluindo os acordos de cooperação da UE (mas não necessariamente todos os acordos de comércio bi-laterais, nomeadamente, o acordo com a Colômbia) e trabalhar de perto com a CSI e o TUAC.

17 promover o **Modelo Social Europeu como um modelo positivo e sustentável para o desenvolvimento mundial** e lutar com a CSI pelos direitos sindicais a nível global.

18 apoiar o **Conselho Regional Pan Europeu (PERC)** e as actividades sub-regionais na Europa bem como os sindicatos e o diálogo social na região do **Euromed**; promover as relações com as organizações sindicais em África, América do Norte e Latina e na Ásia.

19 exigir o direito à **greve em questões transnacionais** e apoiar a exigência de uma **secção específica para os assuntos laborais** no Tribunal de Justiça da União Europeia.

20 maximizar a utilização dos diferentes **meios** disponíveis da CES para melhorar o impacto da agenda sindical a nível europeu, isto é, recorrer a campanhas e mobilizações, às instituições da UE, aos empregadores e ao diálogo social, aos aliados da sociedade civil, à Cimeira Social Tripartida e às relações externas da UE.

